



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Últimos
0,45% São Paulo 1,19% Nova York	138.716 137.164 18/620/623/624/6	R\$ 5,519 (+0,29%)	17/junho5,496 18/junho5,500 20/junho5,524 23/junho5,503
Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)
R\$ 1.518	R\$ 6,408	14,90%	14,91%
Inflação IPCA do IBGE (em %)			
Janeiro/20250,16 Fevereiro/20251,31 Março/20250,56 Abril/20250,43 Mai/20250,26			

FRAUDE NO INSS

Governo ressarcirá segurado em julho

Em audiência no STF, presidente do órgão garantiu iniciar o pagamento a partir do dia 24

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller, informou, ontem, que o órgão pode começar a pagar os valores descontados indevidamente de aposentadorias e pensões por entidades associativas a partir de 24 de julho. A declaração foi dada durante audiência de conciliação sobre o tema no Supremo Tribunal Federal (STF).

A Operação Sem Desconto, deflagrada, em maio, pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), revelou que associações ofereciam e cadastravam pessoas sem autorização e com assinaturas falsas no sistema para desviar dinheiro. O esquema criminoso teria desviado mais de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

No STF, Gilberto Waller disse que a intenção é realizar o ressarcimento de valores de forma integral “o mais rápido possível”. Segundo ele, 3.462.366 pessoas, até o momento, informaram não reconhecer descontos e pediram a devolução do dinheiro. O chefe do órgão também ressaltou as medidas já adotadas, como a abertura de investigação contra 16 entidades associativas envolvidas na fraude.

Na mesma reunião, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que o governo federal teria condições de ressarcir de forma imediata 1,2 milhão de beneficiários. No entanto, a secretária-geral do contencioso do órgão, Isadora Cartaxo, disse não saber detalhar quanto em dinheiro seria possível devolver neste momento. Ela fez uma comparação e afirmou que, até janeiro de 2024, o INSS havia sido alvo de 400 ações novas por mês na Justiça sobre possíveis descontos indevidos. Em maio deste ano, porém, o número chegou a 11 mil ações: crescimento de 2.650%.

“Para termos uma ideia, hoje há 4 milhões de ações previdenciárias no geral perante a Justiça. Mais de 9 milhões de descontos indevidos. Os números trazem-nos alguns parâmetros de graus que podiam chegar

Reprodução/TV Justiça



Gilberto Waller, do INSS, disse aos ministros do Supremo que a intenção é pagar “o mais rápido possível”

à judicialização. Essa judicialização tão intensa, naturalmente, traz efeitos adversos”, disse a secretária.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, também apresentou informações sobre o aumento rápido das ações movidas sobre o caso na Justiça. “Ocorre que, enquanto estávamos organizando o processo de ressarcimento administrativo desses valores, identificamos uma litigância excessiva de inúmeras ações sendo propostas relacionadas aos descontos”, disse.

De acordo com ele, o manejo de ações ocorria com aplicação de tese e pedidos de condenação que, na avaliação da AGU, “não guardam consonância nem embasamento com a própria jurisprudência da Suprema Corte, Tribunal de Justiça”, declarou.

Segundo a CGU, 97,6% dos beneficiários ouvidos afirmam que não autorizaram os descontos mensais que foram aplicados

diretamente no contracheque. A Operação da Polícia Federal revelou que o desvio bilionário contou com envolvimento de servidores, propinas e associações de fachada.

Demissão

O caso, que resultou na demissão do presidente do órgão, tem como figura central o ex-ministro da Previdência Carlos Lupi (também demitido) — ele havia sido informado do caso em 2023. O inquérito aponta indícios da prática dos crimes de corrupção passiva, inserção de dados falsos em sistema de informações e violação de sigilo funcional.

Neste mês, o ministro do STF Dias Toffoli suspendeu os pedidos de indenização decorrentes de fraude em desconto associativo que tramitam na Corte e convocou a União, o INSS, a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) para audiência de conciliação no tribunal.

Para o magistrado, essa é a solução rápida para o caso. “Evidentemente que é a solução célere e rápida de devolução dos valores a quem de direito no presente e trágico golpe que atingiu os beneficiários da previdência — ação criminosa e desumana até não mais poder — não exime em nada quem tenha agido neste crime, incidindo em tipos penais, improbidade administrativa, entre outras responsabilidades”, escreveu Toffoli no despacho que autorizou a audiência.

Toffoli informou que, até abril de 2025, antes da deflagração da operação da PF, havia ao menos 52 mil ações individuais ajuizadas por beneficiários contra entidades associativas e o próprio INSS. Em maio, mais de 11 mil ações sobre o tema foram ajuizadas. “Nesse período de janeiro de 2024 a maio de 2025, já se totalizam mais de 65 mil ações, perfazendo um impacto estimado em quase R\$ 1 bilhão”, afirmou.

» 17 países voltam a importar frango

Dezessete países retomaram a importação de frango após o Brasil ser reconhecido como livre de gripe aviária pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), informou, ontem, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). São eles: Argélia, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Egito, El Salvador, Iraque, Japão, Lesoto, Líbia, Marrocos, Mianmar, Montenegro, Paraguai, República Dominicana, Sri Lanka, Vanuatu e Vietnã. Contudo, outras 14 nações e a União Europeia mantiveram a suspensão total da compra do produto, segundo informações do Ministério da Agricultura. Além disso, outros 19 países mantiveram a suspensão apenas de frango produzido no Rio Grande do Sul. **(Francisco Arthur de Lima)**

Comércio em PAUTA



Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CONFEDERAÇÕES EMPRESARIAIS ALERTAM PARA RISCOS DA MP QUE PROPÕE AUMENTO DE IMPOSTOS

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi uma das signatárias do documento divulgado pelas confederações empresariais, manifestando preocupação com a edição da Medida Provisória do governo federal que poderá resultar em aumento da já exacerbada carga tributária que incide sobre as empresas.

O comunicado ressalta que a nova Medida Provisória revela uma postura recorrente de optar por soluções imediatistas, em vez de enfrentar o verdadeiro desafio estrutural do País: o controle dos gastos públicos. “Não há mais espaço para improvisos, aumentos pontuais de tributos e penalização recorrente de quem produz e também de quem está consumindo no dia a dia, com o encarecimento de preços de escolas, viagens, alimentos, entre outras coisas”, diz o texto assinado por nove entidades representativas das empresas.

“O setor produtivo já é um dos mais tributados do País”, prossegue o comunicado. “Elevar ainda mais essa carga impactará a competitividade dos se-

tores que impulsionam o País, desincentivando investimentos, e encarecerá o crédito, prejudicando mais uma vez a população”, alertam as confederações, manifestando a confiança de que, ao analisar essa Medida Provisória, o Congresso Nacional terá a mesma responsabilidade e firmeza que demonstrou ao reagir ao decreto do IOF.

“A CNC vem defendendo enfaticamente a necessidade de uma reforma administrativa que aumente a eficiência do serviço público, otimize a gestão de recursos e promova o desenvolvimento econômico”, afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, ressaltando que o Brasil precisa de um sistema mais eficiente e transparente, com foco na avaliação de desempenho dos servidores, carreiras mais flexíveis e um sistema de cargos mais homogêneo. “A reforma administrativa é uma ação inadiável para melhorar a qualidade dos serviços públicos, reduzir desigualdades sociais e garantir a sustentabilidade fiscal do País”, completa Tadros.

PROJETO DO SESC OFERECE CHANCE DE RETOMADA PARA ESTUDANTES JOVENS E ADULTOS

O Sesc está com inscrições abertas para o Sesc EAD EJA, uma iniciativa voltada à retomada de estudos de jovens e adultos que não concluíram a educação básica.

O projeto oferece formação gratuita no ensino médio, integrada à qualificação profissional em produção cultural, uma combinação que amplia as possibilidades de ingresso no mundo do trabalho.

São mais de 2 mil vagas distribuídas entre 13 estados das Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. As inscrições vão até 17

de julho pelo site www.sesc.com.br/ead, em que também está disponível o edital com todas as informações sobre o processo seletivo.

As aulas têm início previsto para 11 de agosto de 2025. O projeto é realizado em parceria com o Senac, que disponibiliza a plataforma de aprendizagem com metodologias interativas baseadas em simulações, jogos, dramatizações e atividades práticas. Os alunos também têm acesso às ações culturais, esportivas e de saúde, promovidas pelo Sesc em seus estados.



Divulgação/Sesc

Iniciativa une ensino médio e qualificação profissional gratuitos

SENAC E ARQUIVO PÚBLICO DO DF EXIBEM DOCUMENTÁRIO COM IMAGENS INÉDITAS DE BRASÍLIA

As primeiras imagens, muitas delas inéditas, da construção de Brasília vão estrear nas telas da Praça dos Três Poderes, no próximo sábado (28), por meio do documentário Brasília 65 anos – Do Sonho ao Concreto: Heróis Anônimos.

A exibição, idealizada pelo Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) em parceria com o Senac no Distrito Federal, marca um ano de atividades do Café-Escola Senac Casa de Chá, instalado no icônico espaço projetado por Oscar Niemeyer, na década de 1960.

Com direção de Walther Neto e narração do ator Jackson Antunes, a mostra homenageia operários, engenheiros e servidores que ajudaram a erguer a capital do País e foi desenvolvida com base em um processo de recuperação e digitalização de películas cinema-

tográficas guardadas pelo ArPDF. Além de imagens inéditas, o filme traz relatos de trabalhadores que participaram dos bastidores da construção de Brasília.

Além da exibição do documentário, o público poderá visitar uma mostra documental que reúne fotografias e documentos inéditos de Oscar Niemeyer.

As sessões serão em dois horários: às 16h30 e às 18h. A entrada é gratuita, mediante retirada de ingresso pelo site do Sympla.



Divulgação/Senac

Programação marca um ano do Café-Escola Senac Casa de Chá

AGORA TEM ESPECIALISTAS

Novo programa custará R\$ 2 bi por ano

» RAPHAEL PATI

Hospitais privados e filantrópicos de todo o país vão poder juntar créditos para abater dívidas a partir do próximo mês de agosto. Por meio do programa Agora Tem Especialistas, anunciado, em maio, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essas instituições terão a possibilidade de reduzir suas dívidas em até 70%, além de um período de até seis meses de isenções em juros e multas. Segundo o Ministério da Fazenda, a iniciativa terá um custo anual de R\$ 2 bilhões.

Foi divulgada a jornalistas pelos ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e da Fazenda, Fernando Haddad, ontem, uma portaria conjunta com o detalhamento do programa e dos serviços que serão ofertados por meio do Agora Tem Especialistas.

No primeiro momento, hospitais que já prestam serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS) devem ter prioridade assegurada na fila

para receber esses atendimentos. Posteriormente, as instituições que possuem algum programa de residência médica. Um dos objetivos do programa é reduzir o tamanho da fila do SUS para atendimento especializado. Segundo o governo, o crédito financeiro de R\$ 2 bilhões por ano aos hospitais deve gerar um impacto fiscal de até R\$ 750 milhões por ano, caso hospitais que não possuem dívidas também participem do programa.

“(Nós vamos) ir atrás de onde estão os médicos especialistas, onde estão os equipamentos para fazer os exames especializados e as consultas especializadas. Levantar o paciente do SUS lá. Abrir a porta desse hospital privado para o paciente do SUS e a sua família poder resolver o problema que ele está há meses esperando nas filas do Sistema Único de Saúde”, afirmou Padilha.

Para compensar as dívidas das

instituições que aderirem ao programa, o governo vai criar um sistema de crédito que será concedido aos hospitais levando em consideração o número de serviços ofertados, além do atendimento em áreas prioritárias no SUS, como tratamento de câncer, cardiologia, ortopedia, entre outras especialidades.

Com a previsão de início em agosto, os créditos seriam revertidos em abatimento de dívidas dessas instituições a partir do dia 1º de janeiro de 2025. Para participar do programa, o hospital deve entrar em processo de negociação com o Ministério da Fazenda. O ministro Fernando Haddad destacou, aos jornalistas, que atualmente há 3.537 de hospitais nessa situação e que respondem por R\$ 34,13 bilhões em dívidas inscritas. Dentro do crédito total, o ministério informou que serão disponibilizados R\$ 300 milhões por ano na modalidade de saúde da mulher.